

OFICINA TÉCNICA DO PDUI – FPIC DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Data: 14/12/2023

Horário: 14:00 – 17:00

Participantes: Integrantes da contratada (Consórcio URBTEC™-Technum), da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP), da Equipe de Apoio (EA), da Equipe de Acompanhamento Municipal (EAM), da Equipe de Acompanhamento da Sociedade Organizada (EASO) e da população em geral.

Locais do evento:

- Curitiba – Teatro do Memorial da Cidade de Curitiba – a Rua Dr. Claudino dos Santos, 79 — Bairro São Francisco;
- Rio Branco do Sul – Escola Municipal Otávio Furquin – Rua Cel. Carlos Pioli, 253 — Centro;
- Mandirituba – Salão Social da Igreja Assembleia de Deus – Avenida Paraná, 272 — Centro;

Pauta: Participação das equipes de acompanhamento e da população metropolitana nas oficinas para construção coletiva do diagnóstico da FPIC de Habitação de Interesse Social (HIS), para o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Curitiba (PDUI-RMC).

Memória

Nesta data, foi realizada uma oficina técnica com o objetivo de construir o diagnóstico referente ao PDUI-RMC, tendo nesta ocasião o tema central para discussão do tema da HIS. Os municípios se reuniram em três diferentes sedes para participar de dinâmicas em grupo, com suporte das equipes técnicas da Agência Metropolitana do Paraná (AMEP) e do Consórcio PDUI Sustentável da RMC. O objetivo foi aproximar a população do desenvolvimento do plano e, nesta fase, garantir a participação dos cidadãos

metropolitanos na construção coletiva do diagnóstico da região. Com foco na temática central, os municípios foram recepcionados nos municípios de Curitiba, Mandirituba e Rio Branco do Sul.

O evento foi aberto pelo representante da AMEP que agradeceu a presença de todos que colaboram com o processo de planejamento deste PDUI. A apresentação introdutória foi conduzida pelo representante do Consórcio, o arquiteto urbanista Alessandro Lunelli, com transmissão simultânea para os municípios, que contaram com infraestrutura montada para a realização dos eventos. Ele explicou a dinâmica e metodologia aplicada na atividade prevista para esta oficina técnica.

Alessandro Lunelli iniciou a explanação de contextualização sobre as atividades inerentes ao desenvolvimento deste PDUI, apresentando as etapas do planejamento, temas prioritários a serem discutidos com a população nas oficinas e cronograma de atividades previstas ao longo do processo.

A seguir, é chamada à frente a arquiteta urbanista Marcelle Borges, especialista em HIS pela parte do Consórcio. Ela detalhou conceitos e informações norteadoras sobre o tema proposto para o desenvolvimento das oficinas nesta data. Foram abordados os dados levantados neste PDUI sobre o tema da HIS. A especialista refez o histórico que trata do tema no planejamento em escala metropolitana, estabelecendo relações junto ao território e dinâmicas que retratam a evolução de programas sociais e o crescimento da mancha urbana sobre o território metropolitano, entre outras informações.

O arquiteto urbanista Alessandro Lunelli retoma a palavra para, agora, orientar os participantes sobre a dinâmica das oficinas, com formação de grupos e atividades previstas para incentivar a troca de informações, preenchimento de formulários com contribuições e construção da síntese com prioridades elencadas nos grupos. O passo seguinte foi a formação dos grupos e o trabalho dinâmico colocado em prática.

Os municípios reunidos em grupos iniciaram a discussão, com o apoio de perguntas norteadoras referentes ao tema proposto. Eles compartilharam experiências vivenciadas e contribuíram com sugestões, demandas e críticas construtivas. Elegeram um relator para transcrever em ficha as contribuições do grupo, mapeando-as, sempre que possível. Após, cada grupo indicou as suas cinco prioridades dentre as contribuições apresentadas.

Por fim, dentre as prioridades de todos os grupos, foram eleitos os cinco destaques de cada sede da oficina (Curitiba, Mandirituba e Rio Branco do Sul). Um representante foi indicado para fazer a leitura desses destaques às demais sedes. Ao final, os participantes se reúnem novamente para conhecer os destaques elencados pelos grupos dos três municípios envolvidos na ação.

Apontamentos e Considerações

- Inicialmente, o arquiteto urbanista Alessandro Lunelli, representante do Consórcio, saudou todos os participantes e fez uma breve introdução sobre a importância da realização deste evento participativo para construção do diagnóstico, o qual buscou retratar a realidade observada na RMC;
- Lunelli fez uma apresentação técnica para contextualizar as etapas do PDUI e sua importância como instrumento de gestão compartilhada de funções públicas metropolitanas, com envolvimento dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Curitiba; também explanou sobre conceitos e dados levantados sobre o tema da Habitação de Interesse Social;
- A seguir, convidou a especialista em HIS, a arquiteta urbanista Marcelle Borges, para explicar sobre conceitos e assuntos relacionados ao tema também prioritário nesta oficina;
- A seguir, Alessandro Lunelli retoma a palavra para explicar a dinâmica e metodologia aplicadas à realização desta oficina, orientando os participantes na formação de grupos e utilização do material didático disponibilizado para elencar demandas e listar contribuições relativas ao tema proposto;
- Os participantes foram informados que em cada grupo haverá membros das equipes técnicas para exercer a função de moderador, sendo eles também especialistas para apoio técnico na condução das discussões do processo de construção da síntese de prioridades relativas ao tema do dia;
- Foi feita a formação dos grupos para a realização da dinâmica prática, com apoio de perguntas norteadoras referentes ao tema proposto. Os participantes compartilharam experiências vivenciadas, contribuindo com sugestões, demandas e críticas construtivas;

- Os cidadãos de cada grupo elegeram um relator para transcrever as suas contribuições e indicaram cinco prioridades entre elas. Finalizada a indicação das prioridades dos grupos, foram eleitos cinco destaques de cada município, que foram compartilhados com as outras sedes.

Considerações finais

- Com agradecimentos a todos os participantes, o evento é encerrado pelo representante da AMEP.

Participantes

Curitiba	
Nome	Instituição/Localidade
Ana Luiza Alves	SMDU - Campo Largo
Andressa Dietu	Meio Ambiente Araucária
André Nogueira	Defesa Civil Araucária
Beatriz Lemos	Prefeitura de São José dos Pinhais
Karina Wagner	Prefeitura de Pinhais
Ricardo Hercuri	Prefeitura de Pinhais
Fabiana Casaro	COHAB - Araucária
Victoria Ferreira	IPPUC
Monique Brantes	AMEP/DPLAM
Patrícia de Oliveira	UFPR
Juliano Sousa	AMEP
Gabriela Freitas	
Giovana Bertolin	Tenda
Guilherme Garbelim	SETR/OBSTR
Maurício Gomes	IPPUC
Natália Cabrita	PMA/SMPL
Helena	PMA/DU
Lucas Penteado	IPPUC
Ana Carmem de Oliveira	IEP
Antonio Borges	SGDRMC-PMC
Rafael Gomes	Kurytiba Metrópole/Curitiba
Lumi Dodo	Consórcio
Antonio Souza	Associa�o de Moradores
Heloana Tureck	AMEP
Veridiana	AMEP

Curitiba	
Nome	Instituição/Localidade
Amanda Purkot	IPPUC
Lucas Fujiyama	UFPR
Pedro Portugal	IPPUC
Gabriela	PMSJP
Higor Rodrigues	AMEP
Alexandre Miranda	IPPUC
Cristiane Ferreira	Prefeitura de Campo Largo
Izadora de Moura	SMMA/Araucária
Janaina Chudzik	CONCITIBA/IHGPR
Joao Marcos	PL de Campo Largo
Marcelo Alexandre de Souza	Partido Solidariedade
Marcelo	Gazeta do Santa Cândida
Josmar Amaral	ASMOU - Colombo
Josney Marques	Asso. Vila Nova - Colombo
Ana Lúcia Ceccon	Consórcio
Madianita da Silva	UFPR/Observ. das Metrôpoles
Mariane Alves	UFPR
Gabriela Costanaro	UFPR
Milton Luiz Campos	AMEP
Daniel Maciel	Comissão da Cidade OABPR
Lucimara Silva	Prefeitura de Piraquara
Ruan Victor Amaral	AMEP
Amanda Maria C.	AMEP
Constança Camargo	Obs. das Metrôpoles
Leonardo Machado	AMEP
Elise Bonato	IEP
Silvio Prizireka	SEMHA SJP
Davi Chiló	Tenda
Carlos Jobim	UIRGS - Filos
Julia Jobim	CESI-RS
Marina Gennari	Prefeitura de Araucária
Lidiany Baptista	SMDU/Piraquara
Maria Cristina Santana	IPPUC
Dmitri Arnaud	AMEP
Sulia Pozzetti	
Waldir Fonseca	SINDIMOC Curitiba
Umberto Viocatto	IPPUC
Ricardo Serraglio	IPPUC
Tom Brito	Belem
Juliano Padilha	São José dos Pinhais
Avelin Rezlin	Campo Largo SMDU

Curitiba	
Nome	Instituição/Localidade
Josué	Campo Largo SMDU
Josiane Novak	SMMA - Araucária
Gabriela Buzzi	Consórcio
Marcelo de Souza Pinto	COHAB - Araucária
Alessandro Lunelli	Consórcio
Gabriela Stanga	Consórcio
Lucas Basseti	Prefeitura de Pinhais
Manoela Jazar	Consórcio
Renato Stall Filho	Consórcio
Lariza de Castro	PPGTU/Pinhais
Alberto Paranhos	OAB-PR
Claudinei Daniel	Domínio Legal Soluções Imobiliárias
Mario Leonardo Tornado	COHAB-CT
Anne Vitoria Lopes	AMEP
Almir Semolenko	UFPR/Pinhais
Kelli Regina Albanese	Sec. Habit./São José dos Pinhais
Monique Kist	SMU - Pref. de Fazenda Rio Grande
Victor	SETR - Governo do Estado
Ana Giordani	CONCIDADE Piraquara
João Paulo Franco	AMEP/DI
Adriana Matias	IPPUC/Curitiba
Giulia Guebur	IPPUC/Curitiba
Gabriel Barbosa Lourenço	Consórcio

Mandirituba	
Nome	Instituição/Localidade
Mariana Kszan	Consórcio
Gabriel Wilczek	Prefeitura de Rio Negro
Klyfesson Gonzaga	AMEP
Ingrid Riboski	AMEP/DI
Alessandra Luccas	AMEP
Josue Coelho	Prefeitura de Mandirituba
Roqueffelis da Silva	Prefeitura de Mandirituba
Thiago Jonsovicz	Prefeitura de Mandirituba
Andre Moro	Prefeitura de Mandirituba
Larissa dos Santos	Prefeitura de Agudos do Sul
Fernando Cazanowski	Prefeitura de Tijucas do Sul
Eduardo Ransolim	Observatório das Metrópoles
Adriana Alexandrino	AMEP/DCOT
Ana Luiza Juliatto	Prefeitura de Mandirituba

Mandirituba	
Nome	Instituição/Localidade
Isabelli Malaquias	Prefeitura de Piên
Alessandra Gruber	Prefeitura de Piên
Evandro Krachinski	Prefeitura de Mandirituba
Rafael Noburo	Prefeitura de Balsa Nova
Lissandra Baldissera	Consórcio

Rio Branco do Sul	
Nome	Instituição/Localidade
Helena Pauline	Consórcio
Matheus Cabral	AMEP/DPLAN
Andressa Trindade	AMEP/DPLAN
Isabela Andreotti	AMEP/DPLAN
Maria Eduarda	Prefeitura de Rio Branco do Sul
Millena dos Reis	AMEP/DPLAN
Douglas Viero	Consórcio
Juarer Lara	Prefeitura de Itaperuçu
Elton	Prefeitura de Itaperuçu
Maria Eduarda de Miranda	Prefeitura de Itaperuçu
Vinícius Mottin	Mineração Rio Branco do Sul
Lúcia Baido	Prefeitura de Rio Branco do Sul
Emanuele Brito	Prefeitura de Rio Branco do Sul
Marcus Vinícius	Pinhais
Jefferson Luiz	Prefeitura de Rio Branco do Sul
Sabrina Kurchaidt	Prefeitura de Rio Branco do Sul
Renato Alcântara	Prefeitura de Rio Branco do Sul
Ezilda Bezerra	Sindical
Lino Moser	Prefeitura de Rio Branco do Sul

Lista de Presença

Curitiba

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Curitiba – PR



Evento: Oficina Técnica 02 - His - Curitiba Fase: 02 Data: 14/12/2023

Nome	Instituição / Localidade	Telefone / E-Mail	Assinatura
ANA LUIZA DA SILVA ALVES	SMDU - CAMPO LARGO		
Andreuza Maria Leite	Melo Ambiente Associação		
André Inocência Neto	Defensoria Civil Araucária		
BEATRIZ LEITE DE ALMEIDA	PREFEITURA SÃO JOSÉ DOS PINHAIS		

Ao assinar este Documento, mediante manifestação livre, informada e inequívoca, o participante do evento consente e concorda que o Estado do Paraná, a AMEP e o Consórcio PDUI-RMC Sustentável façam uso de seus dados pessoais, imagem e voz e concorda com o tratamento destes em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).



Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Curitiba – PR



Evento: Oficina Técnica 02 - His - Curitiba Fase: 02 Data: 14/12/2023

Nome	Instituição / Localidade	Telefone / E-Mail	Assinatura
KARINA WAGNER	PREF. MUN. PINHAIS		
RICARDO HERCULI	PREF. MUN. PINHAIS		
ANAVILA L Timoteo	COHAB - ARAUCÁRIA		
FABIANA MORENO CASANO	COHAB - ARAUCÁRIA		
Victorino Frazão	IPPUC		
monique D'almeida Brandes	AMEP / DPLam		
Patrícia Leite de Oliveira	VFRP		
Fabiana Sousa Costa	AMEP		
Gabriella Melyna de Fátima			
Giovana Dartak	Tenda		
QUILHERME GARBELINI	SE TR / OBSTR		
Marcelo Ernesto Meyer	IPPUC		
Natália Hecolho Cabrita	PMA / SMDU		
HELENA EGGS	PMA / DU		
LUCAS PENTEADO	IPPUC		
Joaquim Carmo de Oliveira	IEP		
ANTONIO BORGES DOS REIS	S&DRMC - PMC		
RAFAEL GOMES DE OLIVEIRA	KURITA METROPOLITANA / CURITIBA		
Lumi Dado	Consórcio		

Ao assinar este Documento, mediante manifestação livre, informada e inequívoca, o participante do evento consente e concorda que o Estado do Paraná, a AMEP e o Consórcio PDUI-RMC Sustentável façam uso de seus dados pessoais, imagem e voz e concorda com o tratamento destes em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).



Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Curitiba – PR



Evento: OFICINA TÉCNICA 2 - HIS - CURITIBA

Fase: 02

Data: 14/12/23

Nome	Instituição / Localidade	Telefone / E-Mail	Assinatura
Aguiar Antonio Senra	Don. Mercedes		
Plebona J. Tureck	AMEP		
Vanessa Maria Humel	Amep		
ANANDA Z. PEREIRA	IPPUC		
IVANES H. FOLIVANA	UFFPR		
Pedro Paulino Junior	IPPUC		
Ricardo de Lencastre	DM SJP		
Hugo Rodrigues Nacio	AMEP		
Alexandre Miranda	IPPUC		
Cristiane Ferreira	Prefeitura de Campo Largo		
Isadora de Moura de Moura	SMMA / Anuclaria		
JANAINA CHADZE	CONCITIBA / IHGPR		
João Marcos Camargo	Pref. Campo Largo		
MARCELO PEREIRA DE SOUZA	SECRETARIA DE OBRAS		
MARCELO D.S	GOZETA DO STA CONDIP		

Ao assinar este Documento, mediante manifestação livre, informada e inequívoca, o participante do evento consente e concorda que o Estado do Paraná, a AMEP e o Consórcio PDUI-RMC Sustentável façam uso de seus dados pessoais, imagem e voz e concorda com o tratamento destes em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).



Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Curitiba – PR



Evento: Oficina Técnica 02 — HIS — Curitiba

Fase: 02

Data: 14/12/2023

Nome	Instituição / Localidade	Telefone / E-Mail	Assinatura
JOSMAR L. ATANAZ	ASMOU - COLOMBO		
JOSNEY MARQUES	AMA - VILA NOVA - ELOMBO		
ANALUCIA CECEN	URBEC		
MARIVANITA H. DA SILVA	UFPR/OBSERV. DAS METEOP		
MARIANE ALVES	UFPR		
Gabriela Costamara	UFPR		
MILTON LUIZ CAMPOS	AMEP		
Daniel Brenner da Mota	Comissão Cidade OABPR		
Lucimara A. S. LIA	Pref. P. Rasubara		
RYAN VICTOR MARAL	AMEP		
Amanda Maria C.	AMEP		
Constança L. Camargo	Obs. Metrópolis		
LEONARDO MIZEL C. MACHADO	AMEP		
ELISEU D. BOVIEROSKI RENTON	IEP		
SILVIO PRIZIBELA	SEMHA SJP		
Davi Cuios	TENSA		
CARLOS JOBIM	VIRGGS - FILOS.		
Julio Jobim	CEST-RS		
Mariana P. Geronzi	Prefeitura de Anapuã		

Ao assinar este Documento, mediante manifestação livre, informada e inequívoca, o participante do evento consente e concorda que o Estado do Paraná, a AMEP e o Consórcio PDUI-RMC Sustentável façam uso de seus dados pessoais, imagem e voz e concorda com o tratamento destes em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).



Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Curitiba — PR



Evento: Oficina Técnica 2 - HIS - CURITIBA

Fase: 2

Data: 14/12/23

Nome	Instituição / Localidade	Telefone / E-Mail	Assinatura
Lidiana de P. Baptista	SMDU / Piraquara		
MARIA CRISTINA TEIXEIRA SANTANA	IPPUC		
Danieli Gomes	AMEP		
Solia Pozzetti			
WAGNER A.P. FONSECA	SINGIMOC / CSA		
UMBERTO VIOLATTO	IPUC		
RICARDO SOBRAL SILVA	AGIAS		
Tom Benito	Belém		
Jubiana Balilha	São José dos Pinhais		
Edwin R. Rezler	Campo Largo - IMDU		
João L. de Souza	Campo Largo - IMDU		
JOSIANG NAUK SIKAW	SANTA - AMUCARNA		
Gabriela Buzzi Ribeiro	Consórcio		
MARCELO DE SOUZA LINTO	COLMAB - AMUCARNA		

Ao assinar este Documento, mediante manifestação livre, informada e inequívoca, o participante do evento consente e concorda que o Estado do Paraná, a AMEP e o Consórcio PDUI-RMC Sustentável façam uso de seus dados pessoais, imagem e voz e concorda com o tratamento destes em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).



Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Curitiba — PR



Evento: OFICINA TÉCNICA 02 - HIS - CURITIBA

Fase: 02

Data: 14/12/23

Nome	Instituição / Localidade	Telefone / E-Mail	Assinatura
ALESSANDRO LUNELLI	Consórcio		
Gabriel Simm Stanga	Consórcio		
LUCY BASSETTI	PREFEITURA / PINHAIS		
Mariana M. Jazou	Consórcio		
Ronaldo Stall Filho	Consórcio		
Kariza Aparecida de Castro	PPATU / PINHAIS		
ALBERTO M. R. PARENHO	OTB - PR		
Claudemir G. Danie	Domínio Legal Serviços Imob.		
MARIO VEDONATO TORRANCO	COLMAB - CT		
ANDRÉ VITÓRIA LOPES DE SOUZA	AMEP		
ALMIR SAMOLEIRO DA ROCHA JR.	UEPE / PINHAIS		
Kelli Regina Albanax	Sec. Habit. / São J. Pinhais		
Mariquei Kist	SMU - PREFEITURA FREG.		
Vitor Hugo	SETR - GOVERNO DO ESTADO		
Amacfi Orlando	CONCIDADES PIQUETUM		
João Paulo Franco	AMEP / DI		
Adriana Garcia (Machado)	IPPUC / CURITIBA		
GUILIA GUEBUR	IPPUC / CURITIBA		
Gabriel Barbosa Lourenço	Consórcio		

Ao assinar este Documento, mediante manifestação livre, informada e inequívoca, o participante do evento consente e concorda que o Estado do Paraná, a AMEP e o Consórcio PDUI-RMC Sustentável façam uso de seus dados pessoais, imagem e voz e concorda com o tratamento destes em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).



Mandirituba

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Curitiba – PR



Evento: OFICINA TÉCNICA – HIS (MANDIRITUBA)

Fase: 2

Data: 4/12/23

Nome	Instituição / Localidade	Telefone / E-Mail	Assinatura
MARIANA SACOMAN KSTAN	CONSORCIO		Mariana K.
GILBERTO WILCOSEK	PREF. RIO NEGRO		Gilberto Wilcosek
KLYFESSON S. GONDAGA	AMEP		Klyfesson S.
INGRID BATISTA RIBSKI	AMEP / D.I.		Ingrid B. Ribski
Alessandra Vieira Lucos	AMEP		Alessandra B. Lucos
Jean Carlos	Pref. Mandirituba		Jean Carlos
ROQUE FERREZ AYES DA SILVA	PREF. MANDIRITUBA		Roque Ferrez
THIAGO PABUSOVICZ	PREF. MANDIRITUBA		Thiago Pabusovicz
Angela Motta	Pref. Mandirituba		Angela Motta
LARISSA DE SAUS	Pref. Pádua do Sul		Larissa de Saus
FERNANDO CZAMOSKI	PREF. TIJUMAS DO SUL		Fernando
EDUARDO DE SOUZA RANSELIM	OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES		Eduardo
ADRIANA C. ALEXANDRINO	AMEP / DCOT		Adriana
Chaduzo de Lencastre	Bel. Mandirituba		Chaduzo de Lencastre
Emilly B. Meloqueiro	Pref. Piên		Emilly B. Meloqueiro
Alessandra B. GRUBER	PREF. PIÊN		Alessandra B. Gruber
EVANILDO KLACINSKI	Pref. Mandirituba		Evanildo Klacinski
RAFAEL NOBORU TAKEUCHI	PREFEITURA DE PALMA NOVA		Rafael Noboru Takeuchi
LISSANDRA PALDISSERA	CONSORCIO		Lissandra Paldissera

Ao assinar este Documento, mediante manifestação livre, informada e inequívoca, o participante do evento consente e concorda que o Estado do Paraná, a AMEP e o Consórcio PDUI-RMC Sustentável façam uso de seus dados pessoais, imagem e voz e concorda com o tratamento destes em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).



Rio Branco do Sul

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Curitiba – PR



Evento: OFICINA TÉCNICA 02 - HABITAÇÃO (RIO BRANCO DO SUL)

Fase: 2

Data: 14/02/23

Nome	Instituição / Localidade	Telefone / E-Mail	Assinatura
HELENA PAULINE SCHULZE	CONSORCIO		Helena Pauline Schulze
Mathias dos S. Sobral	AMEP / DPLAN		Mathias dos S. Sobral
ANDRESSA SUELI TOINIDADE	AMEP / DPLAN		Andressa Sueli Toinidade
Isabela Andreotti de Vale	AMEP / DPLAN		Isabela Andreotti de Vale
MARIA ELVARDA	Prefeitura de Rio Branco do Sul		Maria Elvarda
Milena Ribeiro das Reis	AMEP / DPLAN		Milena Ribeiro das Reis
Daoudy Oweis	CONSORCIO		Daoudy Oweis
SILVANA RT. LARA	PMI - ITAPERUCU		Silvana R.T. Lara
Elton F. Rob. Nualá	PM - Itaperucú		Elton F. Rob. Nualá
Marcos Eduardo de Miranda	PMI Itaperucú		Marcos Eduardo de Miranda
VINÍCIUS MARTIN	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO		Vinicius Martin
Rosária Gabriela P. Prado	PM Rio Branco do Sul		Rosária Gabriela P. Prado
Emmanuel Cristina Bato	PM Rio Branco do Sul		Emmanuel Cristina Bato
Marcos Vinícius Z. Moraes	Rio Branco		Marcos Vinícius Z. Moraes
JEFFERSON Luiz Lindau	R. B. do Sul		Jefferson Luiz Lindau
Sabrina Z. Kucharski	P.M. Rio Branco do Sul		Sabrina Z. Kucharski
Renato K. Gleciântano	PM RBS		Renato K. Gleciântano
Edilson F. Brazner	SINDICAL		Edilson F. Brazner
Uno Moser	R.B. do Sul		Uno Moser

Ao assinar este Documento, mediante manifestação livre, informada e inequívoca, o participante do evento consente e concorda que o Estado do Paraná, a AMEP e o Consórcio PDUI-RMC Sustentável façam uso de seus dados pessoais, imagem e voz e concorda com o tratamento destes em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).



Registros Fotográficos

Curitiba



Mandirituba





Rio Branco do Sul



Contribuições

Curitiba

Grupo 1

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Curitiba
Oficina Técnica de Diagnóstico

GRUPO 01
Data: 14 / 12 / 23 Local: MEMORIAL CURITIBA

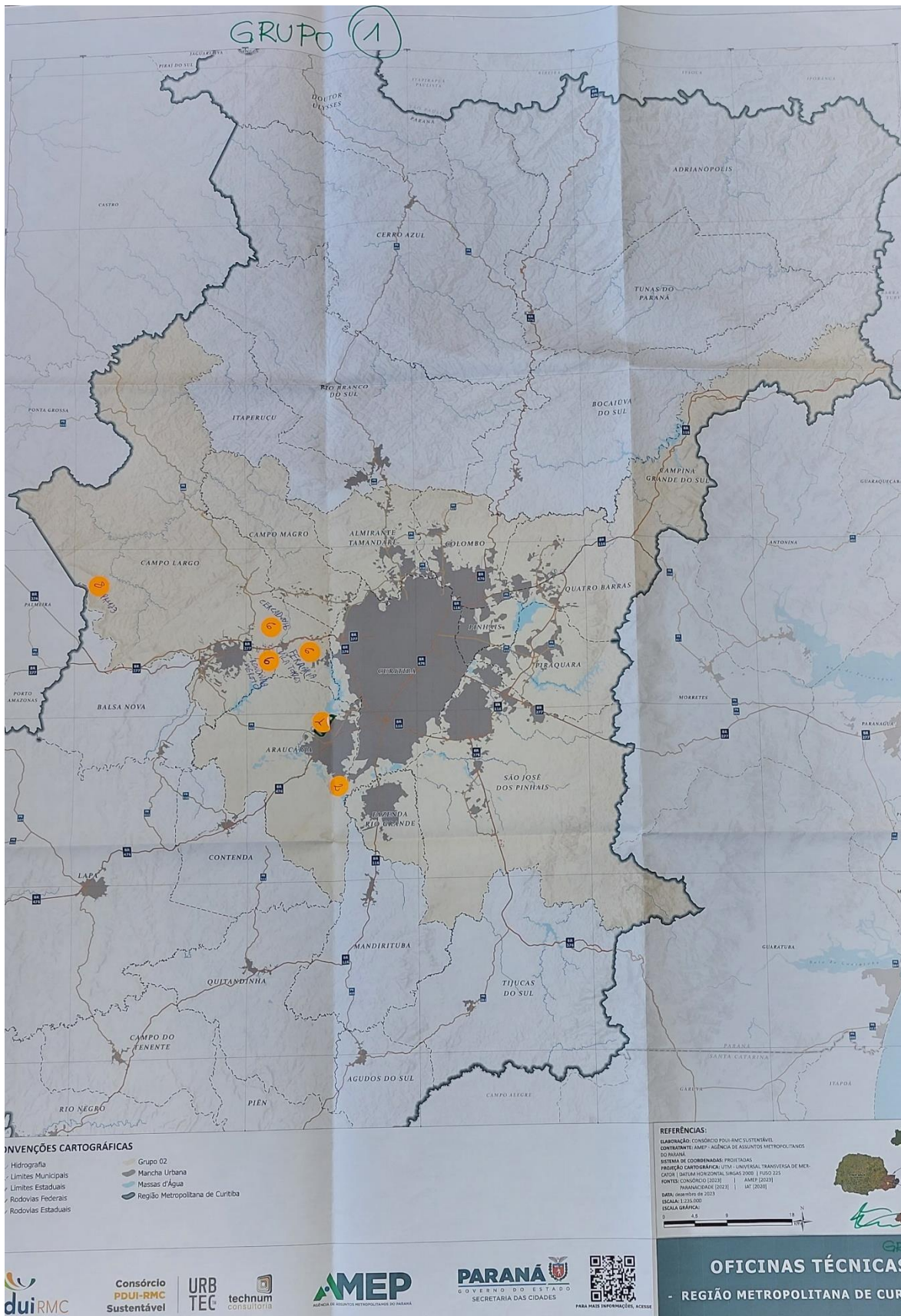
Contribuição:	Apontamento:	Contribuição:	Apontamento:
1	MUITOS IMIGRANTES HABITANDO NOVAS ÁREAS DE OCUPAÇÃO INFORMAL ESTRANGEIROS E PRINCIPALMENTE MOURADORES DE CURITIBA / RMC	6	CASO URGENTE APRESENTA GRANDES CASOS DE LOTTEAMENTO IREGULAR, MAIS DO QUE OCUPAÇÃO ESPONTÂNEAS.
2	MUITAS (MATERIA) DAS OCUPAÇÕES INFORMAIS ESTÃO INSERIDAS EM ÁREA DE RISCO E/OU ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	7	PLANO DE HABITAÇÃO DEVE INDICAR CLARAMENTE 2 PONTOS PRINCIPAIS - RECURSOS \$ - ÁREAS P/ HIS - PRODUTO
3	MUITOS MUNICÍPIOS NÃO TEM GESTÃO ORGANIZADA PARA TRATAR COM A TEMÁTICA HABITACIONAL (FALTA SECRETARIA, COMITÊ OU ÓRGÃO P/ ATUAR EXCLUSIVAMENTE CI HIS)	8	MUITAS OCUPAÇÕES EM ÁREAS PARTICULARES
4	BANHO CAPELA VELHA ARANUCÁRIA - NA BEIRA DA REPRESA, BARRAGEM. ± 20.000 PESSOAS. ÁREA DE RISCO - ATENDE OUTROS MUNICÍPIOS: QUESTÃO METROPOLITANA	9	COMO ATUAL DE FORMA METROPOLITANA O PLANEJAMENTO DEVE RECEBERMUNTO DO MUNICÍPIO DE RECURSOS DO NOVO MCMN, SENDO QUE OS RECURSOS DEVEM VIR DE FORMA SECTENTADA (POR PROPOSTA OU MUNICÍPIO)
5	FALTA DE Mapeamento DAS POSSÍVEIS ÁREAS PARA ABOBERGAR NOVAS HIS - LEIS DE ZONAMENTO APRESENTAM APENAS ZEIS EM ÁREA P/ REGULARIZAÇÃO FALTA DE ZEIS DE PRODUTO FUNDAMENTAL COMPATIBILIZAR PLHIS COM LEI DE USO DO SOLO	10	

Consórcio PDUI-RMC Sustentável | URB TEC | technum | AMEP | PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DAS CIDADES





VERSÃO PRELIMINAR



OFICINAS TÉCNICAS
 - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA



Grupo 2

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Curitiba
Oficina Técnica de Diagnóstico

GRUPO 2
Data: 14 / 12 / 23 Local: CURITIBA

Contribuição:	Apontamento:	★
1	Requisitos Fundação Urban, Ambiental e Social em Paraguarã e Pomba Uebel "Recanto"	<input checked="" type="radio"/>
2	Política Pública a nível Estadual. 11 Emergência por Plano de Habitação	<input checked="" type="radio"/>
3	Questão Territorial das Unidades de Conservação a nível Estadual. "Abastecimento"	<input type="radio"/>
4	Conflito do Domínio Territorial. "Cobab, total cobapar e Estado."	<input type="radio"/>
5	Danagem em travessia, problemática em Lempimento e em Paraguarã também Responsabilidade: Zonagem, município Estado. Plano de contingência.	<input type="radio"/>
Contribuição:	Apontamento:	★
6	Revisão Detalhamento do Plano de Contingência, a nível Estadual e municipal	<input type="radio"/>
7	"Bacia e manancial" de , como unidades territoriais, para propostas aos municípios e Estado. → FICHA FICHA/PIBSEN/APP	<input checked="" type="radio"/>
8	Os Conselhos não tem poder Deliberativo maior de regulamentação.	<input type="radio"/>
9	Exortação da equipe técnica, nas reuniões. por trabalhos em bacia e manancial "Fiscalização"	<input type="radio"/>
10	Repassos de Recursos p/ melhorias. "Comitê do Bacia" e "Fundo Metropolitano" Gestão de Problemas Haciais	<input type="radio"/>

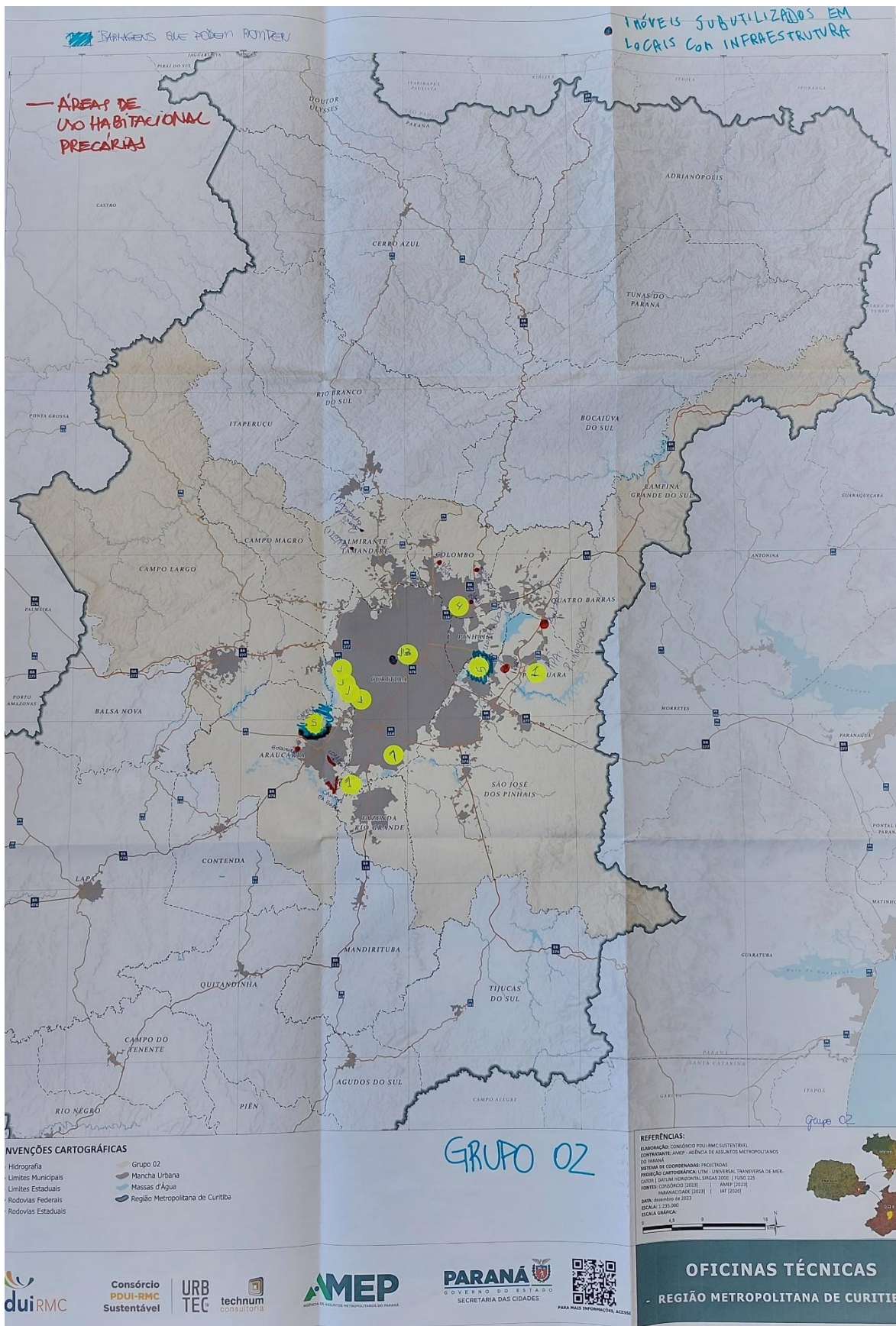
Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Curitiba
Oficina Técnica de Diagnóstico

GRUPO 2
Data: / / Local: _____

Contribuição:	Apontamento:	★
11	Lei 12.248/08, do PLOM, Fundo Metropolitan. "Institui". Poderie ser aplicado na habitação	<input type="radio"/>
12	Recursos: maior n.º de Fontes de Recursos para falta de Recursos p/ Recurb.	<input checked="" type="radio"/>
13	Impacto por pandemia e aumento de pessoas morando nas ruas.	<input type="radio"/>
14	Perfil Único das ocupações. "Imigrantes"	<input type="radio"/>
15	Enfrentamento do divórcio não substituída	<input type="radio"/>
Contribuição:	Apontamento:	★
16	Fornas p/ acesso à moradia. "Proximidade de pessoa humana."	<input checked="" type="radio"/>
17	Problemas ambientais que envolvem a propriedade.	<input type="radio"/>
		<input type="radio"/>
		<input type="radio"/>



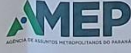
VERSÃO PRELIMINAR



Consórcio PDUI-RMC Sustentável



URB TEC technum consultoria



PARA MAIS INFORMAÇÕES, ACESSO

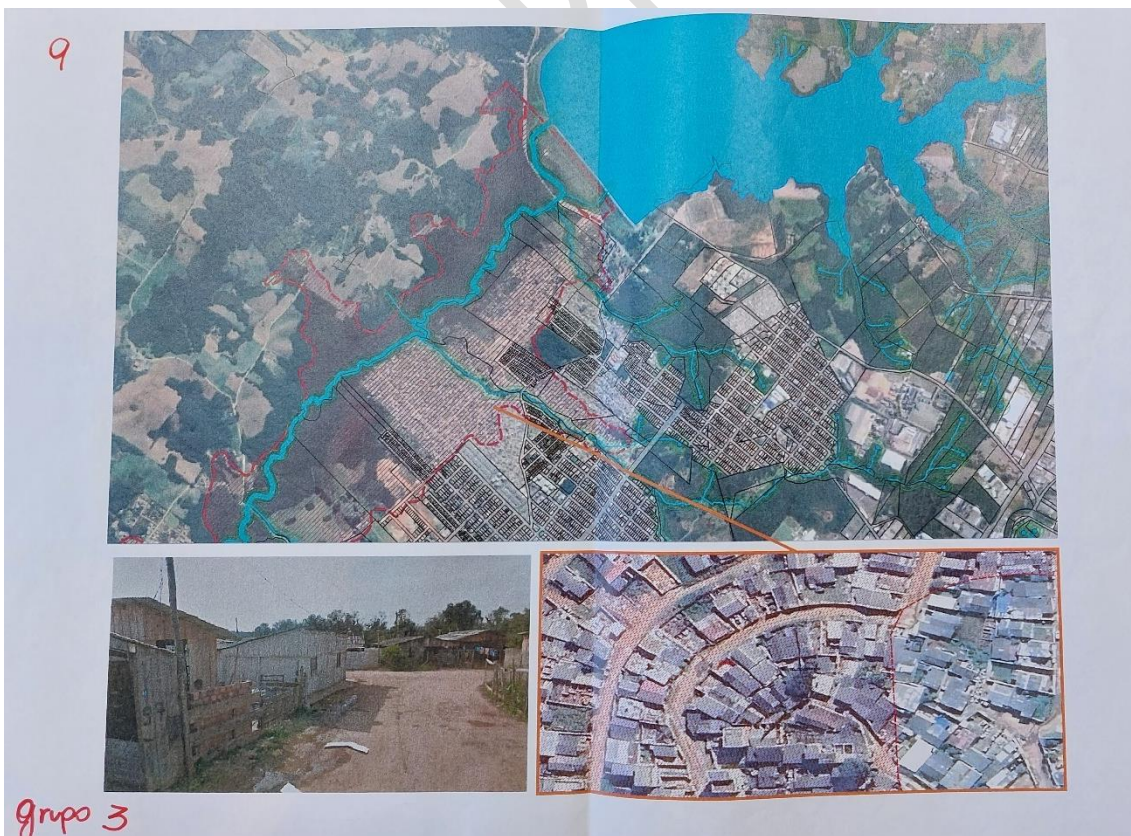
Grupo 3

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Curitiba
Oficina Técnica de Diagnóstico

Data: 14 / 12 / 23 Local: CURITIBA

GRUPO 03

Contribuição:	Apontamento:	Contribuição:	Apontamento:
1	Falta de Integração entre os entes privados e públicos, assim como o comprometimento na execução e desenvolvimento de projetos na prática.	6	Falta de recursos orçamentários, funcionários capacitados e estruturação dos órgãos municipais e da RMC para políticas de habitação.
2	Habitacao necessidade de reorientar a política habitacional de forma articulada com a política urbana entendida como política de uso e ocupação do solo.	7	necessidade de aplicação de instrumentos jurídicos que atuem sobre a retenção especulativa de terras bem localizadas (PEUC, outorga onerosa do direito de construir) para aumentar o fundo de H.A.B. de Interesse Social.
3	Com o aumento da habitação de Interesse Social, mas sem a RMC devido ao custo da terra elevado em regiões com infraestruturas de qualidade.	8	Política de habitação que não exclua sistematicamente a aquisição da casa própria, como urbanização de favelas e locais rurais.
4	Estruturação de Políticas Municipais de Habitação nos municípios.	9	A urgente necessidade de reconhecimento da problemática da zona de Auto-Solapamento da BARRAGEM DO PASADINHA em ARAUCÁRIA que coloca em risco mais de 15.000 pessoas em risco de vida assim como o levantamento de outras áreas na mesma situação na RMC.
5	Aumento no nº de domicílios vagos em Curitiba ao mesmo tempo que cresce o nº de domicílios precários nas áreas periféricas, sem infraestrutura e condições mínimas de qualidade.	10	





GRUPO 3

CURITIBA 14/12/23

Pol. de. Urb

que não fossem exclusiv. em AQUISIÇÃO DA CASA PRÓPRIA.

Segunda parte




- 1** Onde você gostaria de morar? Em qual município? Em qual bairro? E por quê?
- 2** Identifique as áreas com maior precariedade habitacional e com menos acesso à infraestrutura (energia, água, esgoto, sistema viário, etc.) no seu município.
Indique as áreas com potencial para habitação de interesse social, considerando acesso a transporte público, atendimento de infraestrutura (energia, água, esgoto, sistema viário, etc.) e serviços públicos (saúde, educação, lazer).
- 3** Aponte os maiores desafios que existem no seu município para a habitação de interesse social.
URGENTE necessitare de RECONHECIMENTO DA PROBLEMATICA DA Zona de Auto Salvamento DA Barraquem DO PASSADAMA em ARACUÁRIA PARANÁ que coloca mais de 15.000 PESSOAS em RISCO DE VIDA ASSIM COMO OUTRAS ÁREAS NA mesma SITUAÇÃO NA RMC.

Grupo 4

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Curitiba
Oficina Técnica de Diagnóstico

Data: 14/12/2023 Local: Curitiba

Contribuição:	Apontamento:	Contribuição:	Apontamento:
<input type="checkbox"/>	Compatibilização do existente em uso antes da efetivação de definição de zoneamento nos eixos de priorização	<input type="checkbox"/>	demandas de Curitiba que são jogadas como responsabilidade dos municípios da RMC.
<input checked="" type="checkbox"/>	Compatibilização de zoneamentos municipais com estaduais e revisão de zoneamento estadual	<input type="checkbox"/>	falta de participação do eixo metropolitano nas políticas públicas, inclusive na habitação de interesse social e investimentos financeiros de municípios
<input checked="" type="checkbox"/>	Atualização de aplicação de instrumentos urbanísticos em prol da valorização de habitação de interesse social	<input type="checkbox"/>	falta de políticas metropolitanas para atuação nas áreas enquadradas com ZAS de repressão
<input type="checkbox"/>	programas de realocação que sejam considerados pelo eixo metropolitano em conjunto com estados e municípios	<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/>	Priorizar permanência e não realocação	<input type="checkbox"/>	



Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Curitiba
Oficina Técnica de Diagnóstico

04

Data: 14 / 12 / 23 Local: Curitiba

Contribuição:	Apontamento:
<p>1</p> <p>Foram identificados os locais mais próximos com outorga de empreendimento urbano - outorga e porta (marcações no mapa)</p> <p>Ne mapa</p>	<p>4</p> <p>Existem grandes áreas de preservação e menor-valor nos RMCs, dificultando a implementação de empreendimentos de habitação social</p>
<p>2</p> <p>Áreas com potencial p/ habitação social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Região marcada em outa no mapa <p>Ne mapa</p>	<p>1</p> <p>NECESSIDADE DE OTIMIZAÇÃO DO USO DO ESPAÇO URBANO COM OBRAS E/OU APLICAÇÃO DE INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS COMO ZONAS COM A REALIDADE LOCAL P/ FOMENTAR O USO DO ESPAÇO URBANO E MELHORIA DE HABITAÇÃO SOCIAL</p>
<p>Falta de utilização do espaço urbano e falta de instrumentos urbanísticos p/ melhoria de habitação social</p>	<p>Falta de equipamentos públicos e áreas de lazer nos projetos de habitação social</p>
<p>Falta de recursos, insumos e expertise nos processos</p> <p>5</p>	<p>Falta de destinação adequada p/ imóveis urbanos vazios ou subutilizados</p>
<p>Falta de tecnologia, mão e métodos de construção modernos na construção de casas</p>	<p>Falta de habitação de interesse social nos eixos de transporte e utilização de áreas e uso misto e serviços</p> <p>3</p>

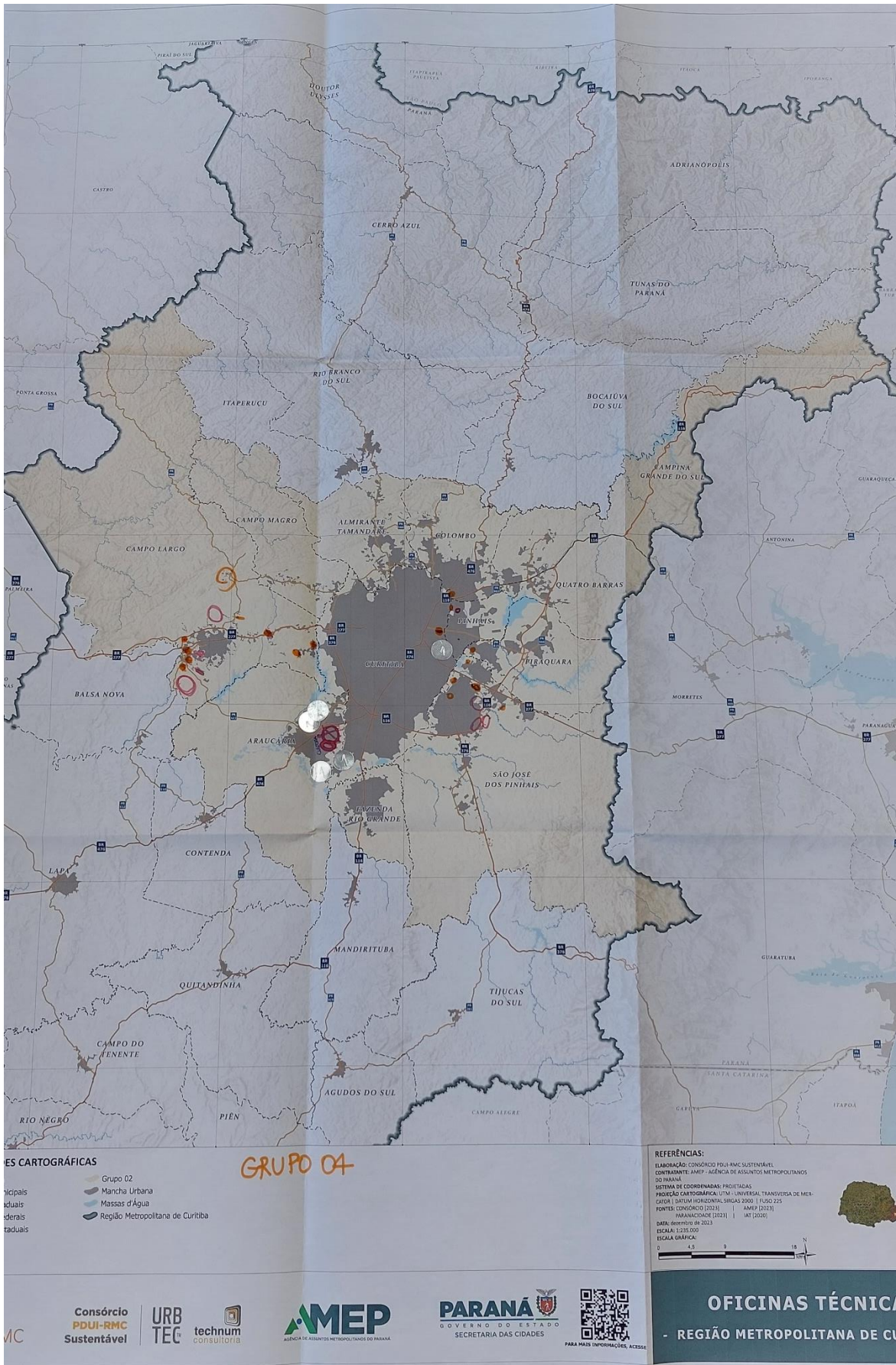
Consórcio PDUI-RMC Sustentável

URB TEC technum consultoria

AMEP AGENCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANA

PARANA GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DAS CIDADES

VERSÃO PRELIMINAR



Destaques



Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Curitiba

Oficina Técnica de Diagnóstico

Data: 14/12/23 Local: Curitiba

Contribuição:	Destaques regionais:
1 ^{rafael ctk}	Política habitacional articulada e compatibilizada e a política urbana e de uso e ocupação do solo e a regulamentação de instrumentos
2 ^{neuz ctk}	Política deve ser articulada intermunicipalmente, com diversificação de formas de acesso à moradia, identificando quem são e para onde vão as pessoas
3 ^{Bethia MS}	Antes de fazer um diagnóstico longo, os Planos precisam indicar fontes de recursos e áreas disponíveis
4	municípios não têm corpo técnico especializado ou comitê p/ tratar de Habitação Social
5 ^{Andressa Araujo}	grande quantidade de moradores em área de risco, a exemplo da copela vilha (araucária), e necessidade de identificação de risco em outras áreas



Contribuições Gerais

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Curitiba



Nome: Andressa Moraes Dutra Tel: _____

Entidade: Prefeitura de Araucária E-mail: _____

Município: Araucária Data: 14/12/2023

Dúvida Crítica/sugestão

Que o PDUi englobe as áreas de risco a jusante das represas de abastecimento da RMC, tal como a barragem do Passaúma em Araucária/PR.

Agradecemos pela sua participação! Mais informações em: www.pduirmc.com.br



Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região
Metropolitana de Curitiba



Nome: NATÁLIA CABRITA Tel: _____

Entidade: PMA E-mail: _____

Município: ARAUCÁRIA Data: 14 / 12 / 2023

Dúvida

Crítica/sugestão

MAPA COM A ZONA DE AUTO SALVAMENTO (ZAS) DA MUNICÍPIO
DE ARAUCÁRIA

Agradecemos pela sua participação! Mais informações em: www.pduirmc.com.br

Consórcio
PDUI-RMC
Sustentável

URB
TEC

technum
consultoria

AMEP
AGÊNCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DAS CIDADES

VERSÃO PRELIMINAR

Consórcio
PDUI-RMC
Sustentável

URB
TEC

technum
consultoria

AMEP
AGÊNCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DAS CIDADES

3) Estruturação de Políticas Municipais de Habitação
 Estabelecer processo de Governança

Preço do terra

Aumento no nº de comitês dados em CTA ao mesmo cresce os comitês precários nas áreas periféricas

necessidade de renova política Habitacional em

2) articul. com o pol. urbano entendido como total Uso e Ocupação do Solo.

4) Preço na terra, concentra: de IAB, de Inter. nas GRANJAS DA RMC dev. Ao custo na terra elevados em REG. de infraest.

Falta de recursos ^{documentários, funcionários capacitados} e estruturação dos órgãos ^{municipais e RMC} para

políticas de necessidade de aplic. de ZMT URBAN. que atuam sobre a retenção especulativa de terras bem localizadas (PEUC, OUTRA ONEROSA DO

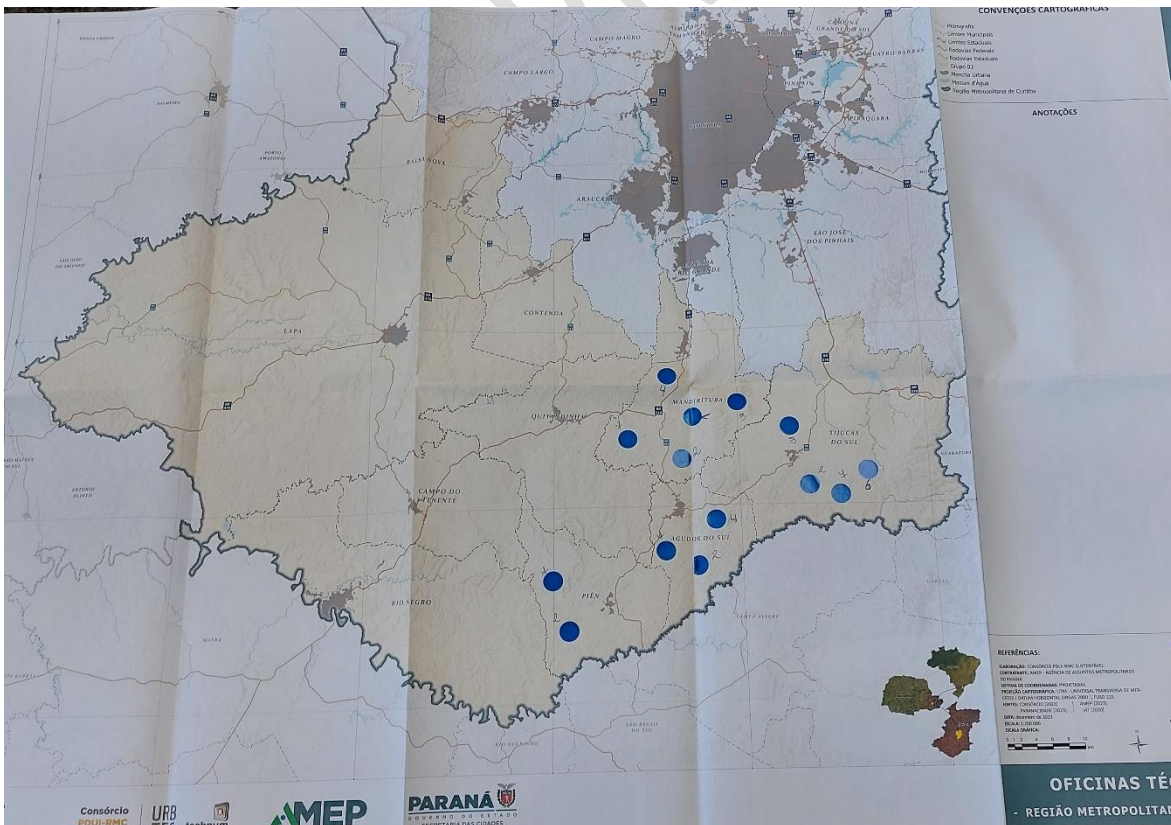
Grupo B

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Curitiba
Oficina Técnica de Diagnóstico

GRUPO B

Data: 14/12/23 Local: MANDUITUBA

Contribuição:	Apontamento:	
1	* Adoção de <u>áreas rurais</u> - <u>área rural</u> * 20 comunidades para regularização - MANDUITUBA	<input type="checkbox"/>
2	* Municípios com 80% de <u>território rural</u> * loteamentos clandestinos <u>consolidados</u>	<input type="checkbox"/>
3	* <u>ocupação de núcleos informais</u> - classe baixa * nos municípios pequenos não há procura para moradia (classe média-alta) devido ao valor elevado de compra/aluguel	<input type="checkbox"/>
4	* fomentação dos loteamentos clandestinos em área rural, realizado a venda com afluência da regularização posterior.	<input type="checkbox"/>
5	* controle da fiscalização do parcelamento rural (todos os municípios) * falta de corpo técnico e normativas para fiscalização	<input type="checkbox"/>
6	* moradia legal - regularização de áreas consolidadas, <u>voltado ao terreno</u> * sendo regularizado * até máximo 425 m ²	<input type="checkbox"/>
7	* <u>A FALTA</u> de disponibilidade de área com <u>infraestrutura básica e documentação legal</u> para a implementação dos programas de moradia	<input type="checkbox"/>
8	MANDUITUBA / TIJUCAS / PIEN * AQUÍFOS DO SUL - AS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE NÃO TEM INTERAÇÃO EM SAÍDA DAS ÁREAS. ENTÃO ACONTECE APENAS A MELHORIA DO IMÓVEL REALIZADO PELA PRÓPRIA PREFEITURA COM RECURSO PRÓPRIO.	<input type="checkbox"/>
9	* A FALTA DE INCENTIVO DO ESTADO PARA A MELHORIA DAS MORADIAS JÁ EXISTENTES. * Todos	<input type="checkbox"/>





Destaques



Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Curitiba

Oficina Técnica de Diagnóstico

Data: 14 / 12 / 2023 Local: Piso Branco do Sul

Contribuição:	Destaques regionais:
1	Não uma grande quantidade de irregularidade fundiária na região, que impacta na provisão de moradios de interesse social a partir de programas por falta de lotes públicos regulares e adequados. Necessidade da criação de instrumentos regionais de transferência de investimentos voltados a habitação ou produção habitacional.
2	As questões ambientais da região, principalmente relacionadas aos mananciais, influenciam na questão do parcelamento do solo, pois gera diversas restrições que acarretam em irregularidade.
3	Falta de programas de regularização fundiária na área rural que regularizem áreas inferiores ao módulo rural, como a criação de <u>ilhas autônomas RUIAS</u> .
4	Necessidade de criação de um sistema de cadastros habitacional integrado na Região Metropolitana, com acesso e atualizações em tempo real dos dados e com maior <u>autonomia</u> dos municípios. Necessidade de maior integração das <u>esferas responsáveis</u> .
5	Necessidade de acesso a <u>abrigos públicos de privados</u> em outras municípios, principalmente em situações emergenciais e <u>habitação transitória</u> . → idosos, por exemplo. <u>resposta rápida</u>



Transcrição das Contribuições

Curitiba

GRUPO 1

Sede	Apontamento	Prioridade
Curitiba	Muitos imigrantes habitando novas áreas de ocupação informal Estrangeiros e principalmente moradores de Curitiba para a RMC	Prioridade
Curitiba	Muitas (maioria) das ocupações informais estão inseridas em área de risco e/ou área de preservação ambiental	Prioridade
Curitiba	Muitos municípios não têm gestão organizada para tratar com a temática habitacional (falta Secretaria, COHAB ou órgão para atuar exclusivamente com HIS)	Prioridade
Curitiba	Bairro Capela Velha Araucária - na beira da represa (atende outros municípios, questão metropolitana) Barragem - área de risco - mais ou menos 20.000 pessoas	
Curitiba	Falta de mapeamento de possíveis áreas para absorver novas HIS - Lei de Zoneamento apresentam apenas ZEIS em área para regularização Faltam ZEIS de produção Fundamental compatibilizar PLHIS com Lei de Uso do Solo	Prioridade
Curitiba	Campo Largo apresenta grandes casos de loteamento irregular, mais do que ocupações espontâneas	

GRUPO 1

Sede	Apontamento	Prioridade
Curitiba	Plano de Habitação precisa indicar claramente 2 pontos principais (produto) - Recursos - Área para HIS	Prioridade
Curitiba	Muitas ocupações em áreas particulares	
Curitiba	Planejar como atuar de forma metropolitana quanto ao recebimento do aporte de recursos no novo MCMV, sendo que os recursos podem vir de forma segmentada (por projeto ou município)	

GRUPO 2

Sede	Apontamento	Prioridade
Curitiba	Regularização fundiária urbana, ambiental e social em Piraquara e demais cidades "Precária"	Prioridade
Curitiba	Política pública a nível estadual Exigência do Plano de Habitação	Prioridade
Curitiba	Gestão territorial das Unidades de Conservação a nível estadual Gestão do abastecimento a nível estadual	
Curitiba	Conflito do domínio territorial Conflito COHAB, COHAPAR e Estado.	
Curitiba	Barragem em Araucária, problemática em rompimento e em Piraquara também Responsabilidade: Sanepar, Município e Estado com Plano de Contingência.	
Curitiba	Desalinhamento do Plano de Contingência a nível estadual e municipal.	
Curitiba	"Bacias e mananciais" como unidades territoriais para propostas aos municípios e estados - Áreas frágeis/preservação/APP	Prioridade
Curitiba	Os Conselhos não têm poder, "deliberativos" Prazos para regularização	
Curitiba	Cobrança da equipe técnica nas investigações dos trabalhos em bacias e mananciais "Fiscalização"	
Curitiba	Repasses de recursos para melhorias. "Comitê de Bacias" e "Fundo Metropolitano" Gestão de Problemas espaciais	
Curitiba	Lei 12.248/98, SIGPROM, Fundo Metropolitano. "Institui". Poderia ser aplicado na habitação	
Curitiba	Recursos: maior nº de fontes de recursos pela falta de recursos para Reurb.	Prioridade
Curitiba	Impacto pós pandemia: aumento de pessoas morando nas ruas.	
Curitiba	Perfil étnico das ocupações. "Imigrantes"	
Curitiba	Levantamento de imóveis não subutilizados	
Curitiba	Formas para acesso à moradia, formas de dignidade da pessoa humana	Prioridade
Curitiba	Problemas ambientais que envolvem a propriedade.	

GRUPO 3

Sede	Apontamento	Prioridade
Curitiba	Falta de integração entre os entes privados e públicos, assim como o entendimento da legislação e desenvolvimento de projetos na prática	
Curitiba	Necessidade de repensar a política habitacional de forma articulada com a política urbana entendida como política de uso e ocupação do solo	Prioridade
Curitiba	Concentração de Habitação de Interesse Social nas franjas da RMC devido ao custo da terra elevado em regiões com infraestruturas de qualidade	
Curitiba	Estruturação de políticas municipais de habitação nos municípios	
Curitiba	Aumento do número de domicílios vagos em Curitiba ao mesmo tempo que cresce o nº de domicílios precários nas áreas periféricas, sem infraestrutura e condições mínimas de qualidade	Prioridade
Curitiba	Falta de recursos orçamentários, funcionários capacitados e estruturação dos órgãos municipais e da RMC para políticas de habitação.	Prioridade
Curitiba	Necessidade de aplicação de instrumentos urbanísticos que atuem sobre a retenção especulativa de terras bem localizadas (PEUC, Outorga Onerosa do Direito de Construir) para aumentar o fundo de habitação de interesse social	
Curitiba	Política de habitação que não estejam restritas exclusivamente a aquisição da casa própria, como urbanização de favelas e locais social.	Prioridade
Curitiba	A urgente necessidade de reconhecimento da problemática da Zona de Autosalvamento da barragem do Passaúna em Araucária que coloca em risco mais de 15.000 pessoas em risco de vida, assim como o levantamento de outras áreas na mesma situação na RMC.	Prioridade

GRUPO 4

Sede	Apontamento	Prioridade
Curitiba	Foram identificados os locais mais precários com relação a infraestrutura urbana (no mapa) - Laranja e prata (marcações no mapa)	
Curitiba	Áreas em potencial para habitação social - Regiões marcadas em rosa no mapa	
Curitiba	Falta de otimização do uso do espaço urbano e falta de investimentos urbanísticos para melhorias de habitação social	
Curitiba	Falta de recursos, incentivos e severidade nos processos	Prioridade
Curitiba	Falta de tecnologia e métodos de construção modernos na construção de casas	
Curitiba	Existem grandes áreas de preservação e mananciais na RMC, dificultando a implantação de empreendimentos de habitação social	Prioridade
Curitiba	Necessidade de otimização do uso do espaço urbano consolidado. Criação e/ou aplicação de instrumentos urbanísticos condizentes com a realidade local e regional para fomentar o uso do espaço urbano e melhoria de habitação social.	Prioridade
Curitiba	Falta de equipamentos públicos e áreas de lazer nos projetos de habitação social.	
Curitiba	Falta de destinação adequada para imóveis abandonados ou subutilizados	
Curitiba	Falta de habitação de interesse social nos eixos de transporte e utilização de áreas com uso misto e serviços	Prioridade
Curitiba	Compatibilização do existente in loco antes da efetivação de definição de zoneamentos nas áreas de preservação	
Curitiba	Compatibilização de zoneamentos municipais com estadual e revisão de zoneamentos estaduais	Prioridade

GRUPO 4

Sede	Apontamento	Prioridade
Curitiba	Dificuldade de aplicação de instrumentos urbanísticos em prol da viabilização de habitação de interesse social	
Curitiba	Programas de realocação que fossem coordenados pelo órgão metropolitano em conjunto com estado e municípios	
Curitiba	Priorizar permanência e não realocação	
Curitiba	Demandas de Curitiba que são jogadas como responsabilidade dos municípios da RMC	
Curitiba	Falta de participação do órgão metropolitano nas políticas públicas, inclusive na habitação de interesse social e regularização fundiária dos municípios	
Curitiba	Falta de políticas metropolitanas para atuação nas áreas enquadradas com ZAS de represas	

Mandirituba

GRUPO 1

Sede	Apontamento	Prioridade
Mandirituba	Existem conflitos de interesse entre danos de imóveis vazios e o poder público para a declaração de ZEIS em áreas infraestruturadas	
Mandirituba	Falta de corpo técnico e orçamento. Municípios com incumbência de cidades maiores. Organograma municipal deficiente	Prioridade
Mandirituba	Expansões de assentamentos precários fora do perímetro urbano. Ocupações não são iguais. População residente tem características diferentes. Origem na falta de acesso em municípios mais centrais.	Prioridade
Mandirituba	Novos ocupantes buscam áreas mais baratas em municípios da RMC. Tende a seguir os eixos viários.	
Mandirituba	Programas habitacionais aliados ao desenvolvimento econômico e social, planejamento, uso do solo, meio ambiente. FPIC de habitação como eixo transversal das FPICs.	Prioridade
Mandirituba	Aproveitar a subutilização da OUC-LV para promover HIS em áreas infraestruturadas	Prioridade
Mandirituba	Criar um ente metropolitano para auxiliar municípios em ATHIS e afins. Junto a ele, vincular um fundo redistributivo estadual	Prioridade
Mandirituba	Falta de recursos para aquisição de imóveis para provisão de melhorias	
Mandirituba	Tratar a HIS como algo além de provisão habitacional. ATHIS, consolidação, urbanização, etc. Evitar remoção	

GRUPO 2

Sede	Apontamento	Prioridade
Mandirituba	- Aglomerados subnormais - área rural - 20 comunidades para regularizar - Mandirituba	
Mandirituba	- Municípios com 80% do território rural - Loteamentos clandestinos consolidados - Ocupação de núcleos informais - classe baixa	Prioridade

GRUPO 2

Sede	Apontamento	Prioridade
	- Nos municípios pequenos não há procura para moradia (classe média-alta) devido ao valor elevado de compra/aluguel	
Mandirituba	Fomento dos loteamentos clandestinos em área rural, realizando a vida com a promessa da regularização posterior	Prioridade
Mandirituba	- Controle da fiscalização do parcelamento rural (todos os municípios) - Falta de corpo técnico e normativas para fiscalização	Prioridade
Mandirituba	- Moradia Legal - regularização de áreas consolidadas, voltado ao terreno - Sendo realizado - Lote mínimo: 125m ²	
Mandirituba	A falta: A disponibilidade de área com infraestrutura básica e documentação legal, para a implementação dos programas de moradia	Prioridade
Mandirituba	Mandirituba/Tijucas/Piên/Agudos do Sul - as famílias em vulnerabilidade não têm intenção em sair das áreas. Então acontece apenas a melhoria do imóvel realizado pela própria prefeitura com recurso próprio.	Prioridade
Mandirituba	- A falta do incentivo do estado para melhoria das moradias já existentes - Todos	

Rio Branco do Sul

Sede	Apontamento	Prioridade
Rio Branco do Sul	A maioria das pessoas tem o desejo de morar no centro. Porém o centro dos municípios já está saturado, sendo os bairros mais afastados como uma opção de moradia, porém há muitos loteamentos irregulares e clandestinos.	
Rio Branco do Sul	Há um grande número de irregularidade fundiária, que impacta na provisão de moradias de interesse social a partir de programas por falta de lotes públicos regulares e adequados. Necessidade de instrumentos regionais de transferência de investimento voltado à habitação ou produção habitacional.	Prioridade
Rio Branco do Sul	As questões ambientais relacionadas aos mananciais influenciam na questão do parcelamento do solo, pois gera diversas restrições que acabam impactando/gerando irregularidade.	Prioridade
Rio Branco do Sul	Falta de programas de regularização fundiária na área rural, que regularizem áreas inferiores ao módulo rural, com a criação das vilas urbanas	Prioridade
Rio Branco do Sul	Necessidade de um sistema de cadastro habitacional integrado na Região Metropolitana, com acesso e atualização em tempo real dos dados e com maior autonomia dos municípios. Necessidade de maior integração dos órgãos responsáveis.	Prioridade
Rio Branco do Sul	ZEIS de Regularização Fundiária como uma forma de regularizar, dentro das legislações municipais, áreas irregulares que já estão consolidadas.	
Rio Branco do Sul	Necessidade de acesso a abrigos públicos e privados em outros municípios, principalmente em situações emergenciais.	Prioridade

Destaques regionais

CURITIBA

Destaques regionais
Política habitacional articulada e compatibilizada com a política urbana e de uso e ocupação do solo com a regulamentação de instrumentos
Política deve ser articulada Inter municipalmente, com diversificação de formas de acesso à moradia, identificando quem são e pra onde vão as pessoas
Antes de fazer um diagnóstico longo, os Planos precisam indicar fontes de recurso e áreas disponíveis
Municípios não têm corpo técnico específico ou Conselho para tratar de Habitação Social
Grande quantidade de moradias em área de risco, a exemplo da Capela Velha (Araucária), e necessidade de identificação de risco em outras áreas

MANDIRITUBA

Destaques regionais
Expansão de ocupações precárias em áreas com falta de infraestrutura e/ou em áreas rurais e/ou de proteção ambiental.
Falta de corpo técnico para controlar e fiscalizar, bem como para atuar no processo de urbanização
Necessidade de ferramentas redistributivas para melhorias habitacionais, bem como corpo técnico estadual/metropolitano
Famílias em situação de vulnerabilidade não apresentam interesse em sair das áreas. Cria necessidade de pensar HIS para além da provisão habitacional.
Necessidade de identificar a causa do problema (falta de acesso à imóveis no polo) e resolvê-los na fonte, não no sintoma.

RIO BRANCO DO SUL

Destaques regionais
Há uma grande quantidade de irregularidade fundiária na região, que impacta na provisão de moradias de interesse social a partir de programas por falta de lotes públicos regulares e adequados. Necessidade da criação de instrumentos regionais de transferência de investimentos voltados à habitação ou produção habitacional.
As questões ambientais da região, principalmente relacionados aos mananciais, influenciam na questão do parcelamento do solo, pois gera diversas restrições que acarretam em irregularidade.
Falta de programas de regularização fundiária na área rural que regularizem áreas inferiores ao módulo rural, como a criação de vilas rurais.
Necessidade de criação de um sistema de cadastro habitacional integrado na Região Metropolitana, com acesso e atualização em tempo real dos dados e com maior autonomia dos municípios. Necessidade de maior integração dos órgãos responsáveis.
Necessidade de acesso a abrigos públicos ou privados (idosos, por exemplo) e habitações transitórias em outros municípios, principalmente em situações emergenciais que pedem resposta rápida.

Contribuições Gerais

Nome: Andressa Moraes Dutra	
Município: Araucária	Tipo: Crítica/sugestão
Contribuição: Que o PDUI englobe as áreas de risco a jusante de represas de abastecimento da RMC, tal como a Barragem do Passaúna em Araucária/PR.	

Nome: Natalia Cabrita	
Município: Araucária	Tipo: Crítica/sugestão
Contribuição: Mapa com a zona de autossalvamento (ZAS) do município de Araucária.	

Apresentação



Oficina Técnica 02 – Habitação de Interesse Social

14/12/2023

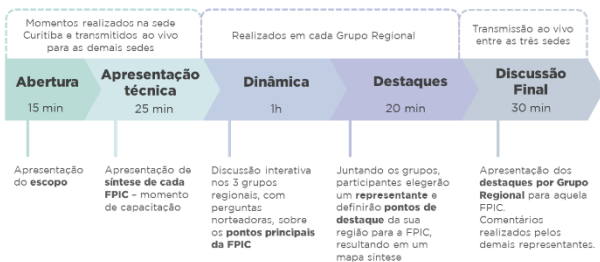


Pautas

- 1 Funcionamento da OT2
- 2 O PDUI da Região Metropolitana de Curitiba
- 3 Plano Metropolitano x Plano Municipal
- 4 Conceituação das Funções Públicas de Interesse Comum
- 5 Fases do PDUI: como se constrói um diagnóstico?
- 6 Dinâmica da Oficina
- 7 Apresentação Técnica



Funcionamento da OT02



Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado

O que é? É um instrumento que orienta o desenvolvimento urbano de uma região metropolitana. De acordo com o Estatuto da Metrópole, é obrigatório para todas as RMs e precisa ser revisado a cada 10 anos.

Qual o objetivo? Promoção da cooperação entre os municípios, visando o efetivo desenvolvimento da RMC, com a definição de diretrizes para a gestão das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs).

Objetivos Específicos do PDUI—RMC (TR)

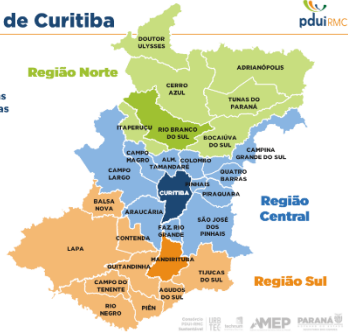
- Instituir um sistema de acompanhamento e controle do PDUI
- Elaborar os diagnósticos setoriais, os processos e as diretrizes de execução para as FPICs
- Debater a composição da RMC
- Definir o Modelo de Governança Interfederativa

Plano Metropolitano x Plano Municipal

PLANO MUNICIPAL	PLANO METROPOLITANO
Estatuto do Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001)	Estatuto da Metrópole (Lei Federal nº 13.089/2015)
ESCALA TERRITORIAL	Território Municipal → Região Metropolitana
Diretrizes municipais para política de desenvolvimento e expansão urbana	Diretrizes para o desenvolvimento territorial e os projetos estruturantes da região metropolitana
ESCOPO	Diretrizes para política pública cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em Municípios limítrofes
Diretrizes para políticas setoriais e para uso e ocupação do solo municipal	Diretrizes para política pública cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em Municípios limítrofes
GOVERNANÇA	Governança Interfederativa – exercida de forma conjunta pelos municípios, estado e união, com participação e controle social
Gestão democrática - exercida pelo poder público municipal, com participação popular e controle social	Governança Interfederativa – exercida de forma conjunta pelos municípios, estado e união, com participação e controle social

A Região Metropolitana de Curitiba

Nas Oficinas, optou-se por dividir a Região Metropolitana de Curitiba em **três porções**.
Essa divisão estratégica visa garantir que **todas as áreas da RMC** sejam devidamente **abordadas e discutidas**.

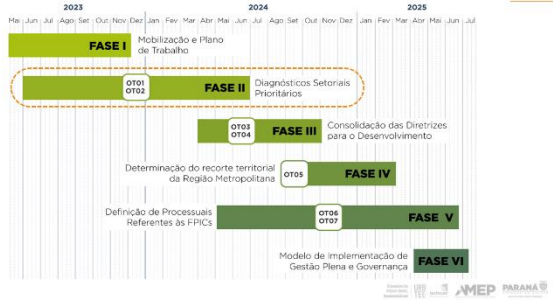


Conceituação das Funções Públicas de Interesse Comum

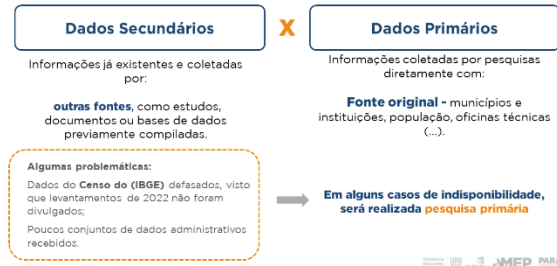
São funções públicas ou ações que **não podem ser realizadas isoladamente por um município** ou cuja execução **impacta os municípios do entorno**. Devem ser **concebidas de forma conjunta** para efetivar sua governança.

	Planejamento Territorial e Uso Do Solo	11/12 (segunda-feira, 14h)
	Meio Ambiente e Recursos Hídricos	12/12 (terça-feira, 14h)
	Mobilidade Metropolitana	13/12 (quarta-feira, 14h)
	Habitação de Interesse Social	14/12 (quinta-feira, 14h)
	Desenvolvimento Social e Econômico	15/12 (sexta-feira, 14h) – Des. Econômico e Turismo 18/12 (segunda-feira, 14h) – Des. Social e Patrimônio

Fases de Elaboração do PDUI-RMC



Como se constrói o Diagnóstico

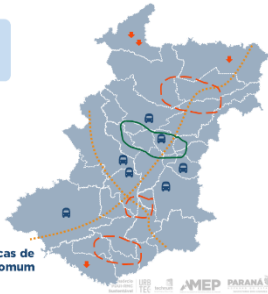


Objetivo da Oficina

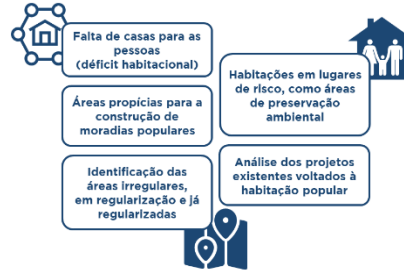
Participação das equipes técnicas e da sociedade → Qualidade dos Diagnósticos

- Potencializar o **conhecimento** e a **mobilização local**
 - Troca de experiências diversas;
 - Engajamento da população;
 - Compreensão de questões locais;
 - Construção de consciência coletiva;
 - Identificação de prioridades.
- **Fornecimento de dados** relevantes ao PDUI

Interação das Funções Públicas de Interesse Comum



Como o PDUI incide na HIS?

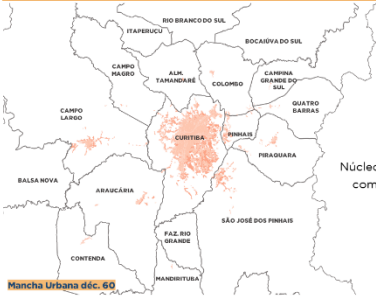


Perguntas norteadoras

- 1 Onde você gostaria de morar? Em qual município? Em qual bairro? E por quê?
- 2 Identifique as áreas com maior precariedade habitacional e com menos acesso à infraestrutura (energia, água, esgoto, sistema viário, etc.) no seu município.
Indique as áreas com potencial para habitação de interesse social, considerando acesso a transporte público, atendimento de infraestrutura (energia, água, esgoto, sistema viário, etc.) e serviços públicos (saúde, educação, lazer).
- 3 Aponte os maiores desafios que existem no seu município para a habitação de interesse social.

Habitação de Interesse Social

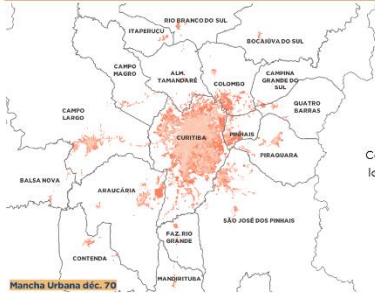
Evolução da mancha urbana



Núcleos urbanos mais independentes, com complementações de funções urbanas



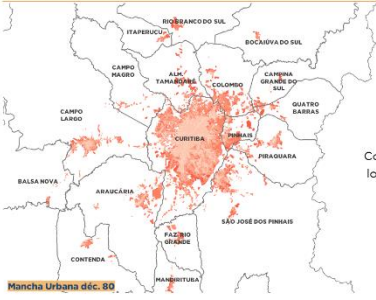
Evolução da mancha urbana



Construção das dinâmicas territoriais ao longo de diferentes períodos históricos



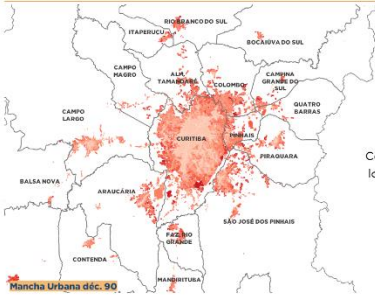
Evolução da mancha urbana



Construção das dinâmicas territoriais ao longo de diferentes períodos históricos



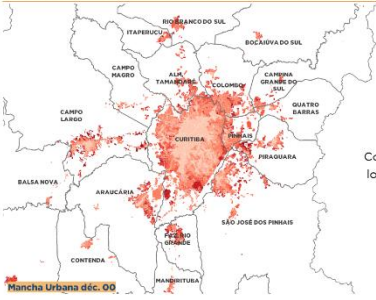
Evolução da mancha urbana



Construção das dinâmicas territoriais ao longo de diferentes períodos históricos



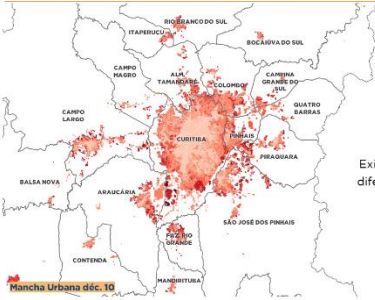
Evolução da mancha urbana



Construção das dinâmicas territoriais ao longo de diferentes períodos históricos



Evolução da mancha urbana



Existência de centralidades variadas e diferentes formas de ocupação urbana



Evolução da mancha urbana

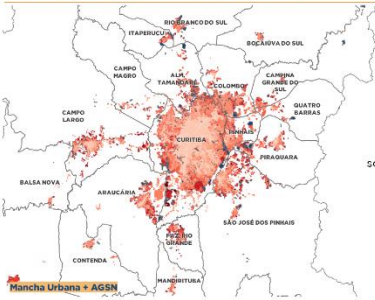


Existência de centralidades variadas e diferentes formas de ocupação urbana

Diferentes formas de relação com o território: morar, trabalhar, estudar, se divertir (...)



Evolução da mancha urbana

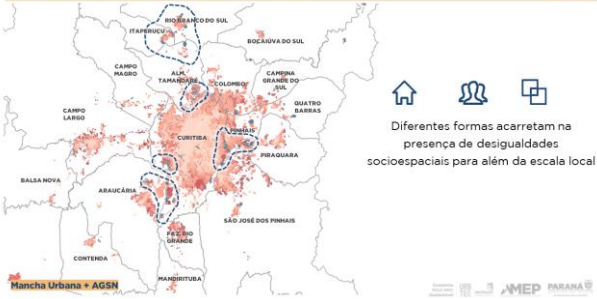


Diferentes formas acarretam na presença de desigualdades socioespaciais para além da escala local

■ Aglomerados Subnormais



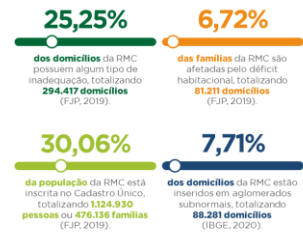
Evolução da mancha urbana



O que é Habitação de Interesse Social?



A habitação de interesse social é aquela voltada à população em vulnerabilidade socioeconômica, que não possui as condições necessárias para acessar a moradia pelo mercado formal, dependendo de programas sociais de provisão habitacional para acesso à moradia adequada.



Introdução



Constituição de 1988
O direito à propriedade é assegurado conforme o uso e ocupação esteja de acordo com as leis locais, cumprindo com os interesses coletivos.

A Habitação de Interesse Social
O direito à moradia, conforme preconizado pela Constituição de 1988, pode ser assegurado por diversas ações:

Função Social da Propriedade
"A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor" - art. 182, CF88

- Provisão Habitacional
- Regularização Fundiária
- Melhorias Habitacionais
- Infraestrutura Urbana

Introdução



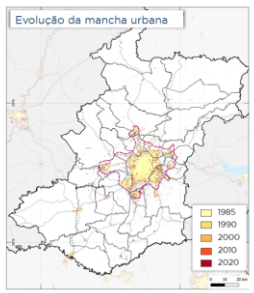
Assentamentos Informais
Áreas ocupadas à revelia das leis de ordenamento do solo com predominância de famílias em vulnerabilidade.
Conforme o acesso à moradia via mercado não é uma possibilidade para as famílias em vulnerabilidade socioeconômica, elas buscam se estabelecer em áreas de risco, de propriedade alheia, ou adquirem lotes nas periferias e em regiões que não fazem parte do chamado mercado formal.

Como o PDUI incide, portanto, na HIS?



Histórico da Habitação a Nível Metropolitano

Histórico da abordagem da FPIC



PDI 1978 RMC
Nenhuma diretriz específica para HIS. A moradia nem mesmo figurava como uma FPIC.

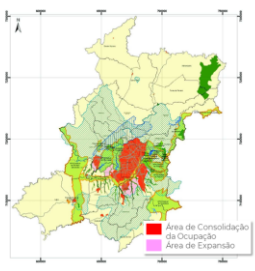
PDI 2006 RMC
Visão mais crítica da realidade social, moradia é tratada indiretamente como parte de uma FPIC, tem papel estruturante na conformação metrópole, mas **não tem diretrizes específicas no Plano**.

Projetos de caráter metropolitano



2ª Linha estratégica do PDI 2006 - "Ordenamento da expansão e do crescimento urbano".

- Diretrizes**
- Estímulo ao adensamento e à ocupação de vazios urbanos;
 - Direcionamento das futuras ocupações para as áreas do território metropolitano com maior aptidão e menor restrição.
- Ações**
- Implementação de instrumentos que visem à ocupação de vazios urbanos e ao adensamento das áreas de consolidação da ocupação;
 - Planejamento para a ocupação futura das áreas de expansão.



Caracterização da Habitação de Interesse Social

Caracterização da situação da habitação na RMC



Déficit habitacional

Consideram-se todas as situações em que há a necessidade de uma nova unidade habitacional. Entram no componente: ônus excessivo com aluguel, domicílios rústicos e improvisados, coabitación, número de cômodos insuficiente. O déficit absoluto é o número de novas unidades necessárias. O déficit relativo diz respeito a proporção destas em relação ao número total de domicílios permanentes existentes.



Inadequação do domicílio

Consideram-se todas as situações em que há possibilidade de realizar melhorias nas habitações existentes e/ou de atendimento de infraestrutura e serviços públicos. Entram no componente: infraestrutura urbana (água, esgoto, coleta de lixo, energia elétrica), carências edilícias (cobertura inadequada, piso inadequado, ausência de banheiro), inadequação fundiária.

Caracterização da situação da habitação na RMC

Identificação do Déficit Habitacional absoluto (FJP)

ANO	Urbano	Rural	Total
2016	77.434	2.425	79.859
2017	73.146	6.672	79.818
2018	82.575	4.775	87.350
2019	81.211	3.921	85.132

No PDI de 2006 o déficit absoluto era de 42.784 moradias.

Identificação do Déficit Habitacional relativo (FJP)

ANO	Absoluto	Relativo
2016	79.859	6,63%
2017	79.818	6,60%
2018	87.350	7,17%
2019	85.132	6,72%

No PDI de 2006 o déficit relativo era de 5,43%.

Caracterização da situação da habitação na RMC

Inadequações domiciliares (FJP) - RMC

ANO	Contagem	% do total de domicílios particulares permanentes duráveis urbanos
2016	194.718	17,66%
2017	234.912	21,18%
2018	279.309	25,16%
2019	294.417	25,25%

Caracterização socioeconômica

Dados do Cadastro Único (Painel de Monitoramento)

30,06% da população da RMC no CadÚnico

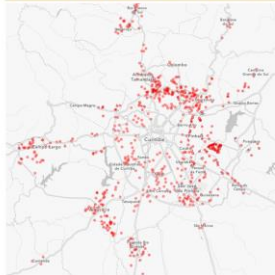
1.124.930 pessoas
476.136 famílias
(jul/2023)

Doutor Ulysses, Cerro Azul, Campo do Tenente e Rio Branco do Sul com mais de 60% da população no CadÚnico

Destas famílias do CadÚnico:

- 21,14% com acesso a energia elétrica de forma irregular
- 18,28% sem acesso a rede de esgotamento sanitário
- 7,31% sem acesso a rede de abastecimento de água
- 6,27% com disposição do lixo de forma irregular

Identificação territorial assentamentos



Levantamento das informações:

1. SISPEHIS;
2. Possível identificação das áreas nos Planos Diretores e/ou Setoriais dos Municípios;
3. Aglomerados subnormais do IBGE;
4. Levantamento em contato direto com técnicos(as) municipais.

Categorias:

- Assentamento precário (favelas);
- Loteamento clandestino;
- Loteamento irregular.

Identificação territorial assentamentos

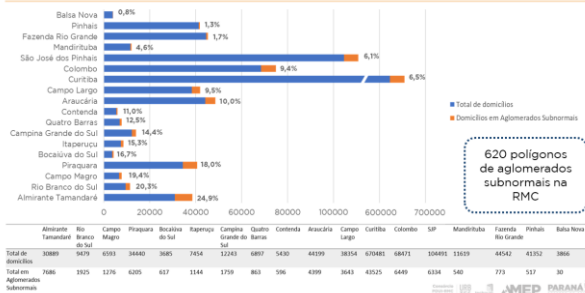
Utilização do Sistema de Informações sobre Necessidades Habitacionais do Paraná (SISPEHIS):

1. Identificação geral
2. Condições de localização
3. Existência ou suscetibilidade a risco ambiental
4. Padrão construtivo
5. Conservação dos domicílios
6. Condição dos serviços públicos
7. Intervenção prevista

- Cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais (caso o município utilize o Cadastro de Pretendentes);
- Terras disponíveis para construção de habitação popular/vazios urbanos;
- Assentamentos rurais/territórios tradicionais.



Caracterização da situação da habitação na RMC



Arranjos Institucionais Regionais e Municipais



Caracterização Institucional Regional



1995

Decreto Estadual 698/1995

Objetivos da COMEC: promoção, elaboração, aprovação e controle do planejamento integrado da Região Metropolitana de Curitiba, abrangendo áreas com uso e ocupação do solo, transporte, sistema viário, saneamento básico, habitação, desenvolvimento social, econômico, ambiental e institucional.

SNHIS e SEHIS

Sistemas de Habitação de Interesse Social - Conselhos e Fundos

COHAPAR

Gestão da política de HIS a nível Estadual

COHAB-CT

Atuação em Curitiba e possibilidade de atuação na RMC

Demais companhias e secretarias/departamentos municipais responsáveis por HIS



Caracterização Institucional Municipal



Legislações municipais

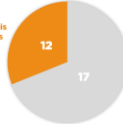
Nos municípios que possuem legislação, esta tende a ser bastante generalista, focando principalmente na criação do FMHIS e seu conselho gestor.

Em muitos casos, as leis não abrangem definições detalhadas sobre os instrumentos, critérios de acesso, benefícios ou público-alvo dos programas habitacionais.

Carecem de leis específicas relacionadas à HIS

- Adrianópolis
- Araucária
- Almirante Tamandaré
- Cerro Azul
- Campo do Tenente
- Campo Largo
- Colombo
- Doutor Ulysses
- Mandrituba
- Quitandinha
- Piraquara
- Pinel

Possuem leis específicas

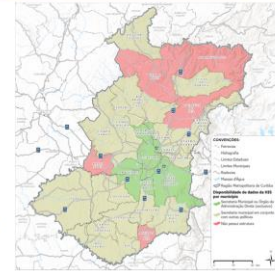


Aspectos Institucionais Municipais



Estrutura Institucional Municipal

Relação dos municípios da RMC



Aspectos Institucionais Municipais



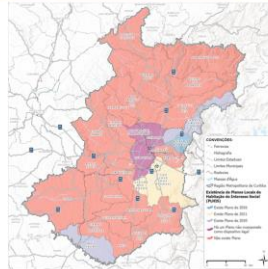
Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS)

Municípios com PLHIS instituído e incorporado como dispositivo legal

- Campina Grande do Sul
- Fazenda Rio Grande
- Rio Negro
- Quatro Barras
- São José dos Pinhais

Municípios com PLHIS instituído e não incorporado como dispositivo legal

- Almirante Tamandaré
- Curitiba
- Colombo



Nenhum PLHIS tem tratamento metropolitano para HIS



Análise de Aspectos Institucionais



Cadastro Habitacional Municipal

Possuem cadastro habitacional por meio de sistemas públicos

- Araucária (COHAB)
- Curitiba (COHAB)
- Fazenda Rio Grande (Sistema Habita, SMHIS)

COHAB Curitiba
Contagem filiados (online): 60.207 registros (em 20/11/2023)

Possuem sistema online não público de cadastro

- São José dos Pinhais
- Colombo
- Campo Largo
- Rio Branco do Sul

COHAB Araucária
Araucária: Cerca de 2.800 registros (sistema online)

Relação dos municípios da RMC



40.781 famílias cadastradas no sistema (em 31/10/2023)



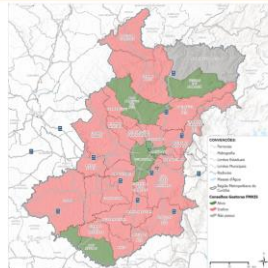
Aspectos Institucionais Municipais



Conselhos

Os Conselhos Gestores do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social devem estabelecer diretrizes e fixar critérios afim de priorizar as linhas de ação, alocação de recursos e aprovação de projetos relacionados ao Fundo Municipal de HIS, estabelecendo a política de promoção do acesso à moradia no município.

São ativos os Conselhos de: Tunas do Paraná, Rio Branco do Sul, Pinhais, Curitiba e Rio Negro



Orçamentos Municipais para HIS

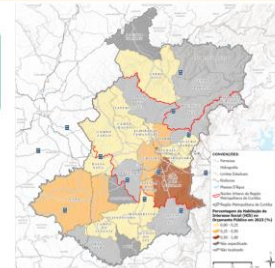


Foram analisadas as Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) referentes aos três anos de atuação das atuais gestões municipais da RMC, afim de entender como se encaixa a preocupação habitacional das prefeituras em relação à totalidade de seus orçamentos.

Porcentagem do orçamento municipal para HIS em 2023



Apenas o município de São José dos Pinhais, atualmente, destina mais de 0.5% do orçamento para HIS, totalizando 0.52%.



Desafios



Obtenção dos dados do SISPEHIS em tempo hábil (análise dos dados, espacialização destes);



Caracterização das intervenções que ocorreram no período;



Caracterização institucional dos municípios (respostas aos formulários);



Os impactos da pandemia - mudanças de tendências, caracterização da problemática, a centralidade da habitação no contexto (lockdown, "fique em casa", desemprego x financiamento habitacional);



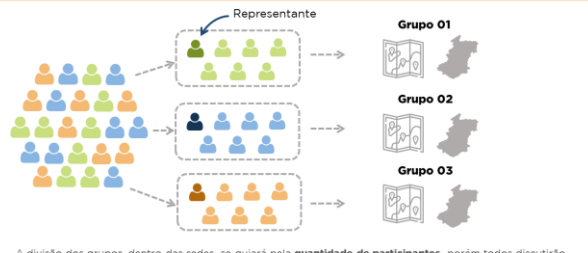
A centralidade da temática na discussão da política urbana vs. ausência de propostas e diretrizes que contemplem a FPIC nos PDIs anteriores - qual o papel da FPIC para o desenvolvimento metropolitano?



Dinâmica, dentro das sedes



Formação dos grupos, dentro das sedes

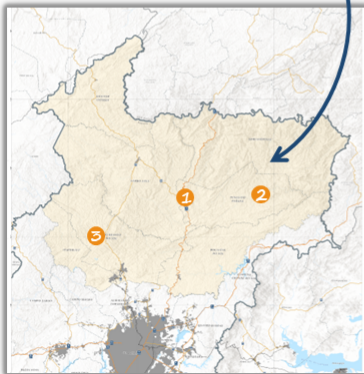


A divisão dos grupos, dentro das sedes, se guiará pela quantidade de participantes, porém todos discutirão a região da sede em que estão presentes

Como preencher as fichas?

Dentro do seu grupo

1 Indicar no **Mapa Base** os apontamentos



2 Descrever as **observações** para o tema

3 Definir as **cinco prioridades** entre as observações elencadas (indicar a ordem de prioridade - 1ª, 2ª...)

Como preencher as fichas?



Em conjunto aos outros grupos

1 Consenso dos cinco destaques regionais para a FPIC

2 Apresentação de um representante



Perguntas norteadoras



- 1 Onde você gostaria de morar? Em qual município? Em qual bairro? E por quê?
- 2 Identifique as áreas com maior precariedade habitacional e com menos acesso à infraestrutura (energia, água, esgoto, sistema viário, etc.) no seu município. Indique as áreas com potencial para habitação de interesse social, considerando acesso a transporte público, atendimento de infraestrutura (energia, água, esgoto, sistema viário, etc.) e serviços públicos (saúde, educação, lazer).
- 3 Aponte os maiores desafios que existem no seu município para a habitação de interesse social.



Conceituação das Funções Públicas de Interesse Comum

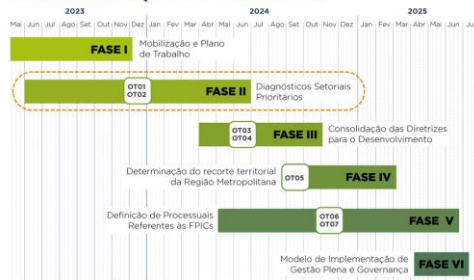


São funções públicas ou ações que **não podem ser realizadas isoladamente por um município** ou cuja execução **impacta os municípios do entorno**. Devem ser **concebidas de forma conjunta** para efetivar sua governança.

- Planejamento Territorial e Uso Do Solo** 11/12 (segunda-feira, 14h)
- Meio Ambiente e Recursos Hídricos** 12/12 (terça-feira, 14h)
- Mobilidade Metropolitana** 13/12 (quarta-feira, 14h)
- Habitação de Interesse Social** 14/12 (quinta-feira, 14h)
- Desenvolvimento Social e Econômico** 15/12 (sexta-feira, 14h) — Des. Econômico e Turismo
18/12 (segunda-feira, 14h) — Des. Social e Patrimônio



Fases de Elaboração do PDUI-RMC



Dúvidas ou sugestões?
Entre em contato conosco!

+55 41 3281-1900
contato@pdurmc.com.br
www.pdurmc.com.br

